

MAPA DAS ELEIÇÕES MELHORES: Uma abordagem comunicacional de democracia digital a partir de iniciativas da sociedade civil ¹

MAP OF THE BEST ELECTIONS: A communicational approach to digital democracy based on civil society initiatives

Isabela Melo de Souza ²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar iniciativas criadas e geridas por organizações da sociedade civil voltadas para os fomentos da participação cidadã por meio de diferentes expedientes. Para isso, tomamos como ponto de partida um levantamento de iniciativas, realizado durante as eleições municipais de 2022 pelo Projeto Pacto pela Democracia, uma iniciativa da sociedade civil brasileira voltada à defesa e ao aprimoramento da vida política e democrática no Brasil. As reflexões sugeridas perpassam a partir das nossas hipóteses da relevância acerca dos movimentos sociais contemporâneos, as novas práticas democráticas realizadas pela internet e o possível papel da comunicação na construção de visibilidade dos sujeitos vulneráveis e sua definição relacional pela via da ação, performatividade e a capacidade de agência.

Palavras-Chave: Democracia digital. Sociedade civil. Participação política.

Abstract: This article aims to initiate initiatives created and managed by behavioral civil society organizations to encourage citizen participation through different expedients. For this, we take as a starting point a survey of initiatives, carried out during the 2022 municipal election by the Pact for Democracy Project, an initiative of Brazilian civil society aimed at defending and improving political and democratic life in Brazil. The suggested reflections permeate from our hypotheses of identity about contemporary social movements, the new democratic practices carried out by the internet and the possible role of communication in building the visibility of subjects and their relational definition through action, performativity and the ability to agency .

Keywords: Digital democracy. Civil society. Political participation.

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho GT 07: Fenômenos e Práticas da Política Online da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

2 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, melo.isabela02@gmail.com.

1. Introdução

A noção de democracia digital tem se tornado cada vez mais presente nas práticas relacionadas à atuação de organizações da sociedade civil (CARREIRO, ROSSETO 2012). Partimos de uma concepção de que essas organizações são produto da interação entre expectativas e demandas da sociedade civil, princípios do Estado republicano e a necessidade de aprimoramentos da vida política, propomos com esse texto, dialogarmos acerca de iniciativas civis brasileiras de democracia digital. Elas possuem o objetivo de qualificar o debate político, divulgar informações sobre diversas temáticas à população no período eleitoral.

Destacaremos iniciativas criadas e geridas por organizações da sociedade civil voltadas para os fomentos da participação cidadã por meio de diferentes expedientes. No estabelecimento do universo da pesquisa, tomou-se como ponto de partida um levantamento de iniciativas, realizado durante as eleições municipais de 2022 pelo Projeto Pacto pela Democracia, uma iniciativa da sociedade civil brasileira voltada à defesa e ao aprimoramento da vida política e democrática no Brasil. Na ocasião, o projeto mapeou iniciativas por categorias de interesse, sendo que algumas se tratavam de questões específicas, com ênfase no processo eleitoral.

Ao analisarmos as iniciativas e suas categorias, que serão detalhadas posteriormente, duas dimensões requerem nossa atenção: primeiro, a reflexão acerca dos movimentos sociais contemporâneos, as novas práticas democráticas realizadas pela internet e suas características; segundo, a reflexão acerca de uma articulação possível entre o papel que a comunicação desempenha na construção de visibilidade dos sujeitos vulneráveis e sua definição relacional pela via da ação, performatividade e a capacidade de agência.

Objetivamos aprofundar nas questões fundamentais que envolvam como a sociedade civil está apropriando da internet para fins democráticos, fortalecendo a discussão dos direitos humanos, trazendo à luz dimensões de injustiças a partir da construção de visibilidade dos sujeitos, os modos como os meios de comunicação produzem vínculos comunicacionais e como os sujeitos se relacionam

reciprocamente numa construção de teias e de reconfiguração do comum na contemporaneidade, ligadas a pluralidade e a diferença.

Pacto pela Democracia

A Organização Pacto pela Democracia³, uma iniciativa da sociedade civil brasileira voltada à defesa e ao aprimoramento da vida política e democrática no Brasil, formada por um arco plural de organizações, movimentos e atores. O Pacto busca afirmar um espaço comum para a expressão do compromisso do resgate e aprofundamento de práticas e valores democráticos diante dos inúmeros desafios democráticos enfrentados ao longo dos últimos anos no país, atuando em torno de três eixos: (a) promover a cultura democrática, valorizando o pluralismo, a tolerância e o engajamento cidadão nos marcos da democracia; (b) defender e revigorar a institucionalidade democrática e os princípios, liberdades e direitos fundamentais expressos na Constituição Federal e (c) fortalecer a articulação de redes e de ação conjunta na sociedade civil e no universo político em defesa da construção democrática.

Nas eleições de 2022, a Organização Pacto pela Democracia criou o Mapa das Eleições Melhores⁴, um portal que reúne projetos - divididos nas seguintes categorias: (1) acompanhar e defender as eleições, (2) combater a desinformação, (3) encontrar candidaturas e defender as eleições, (4) enfrentar a violência política, (5) aprofundar o debate político, (6) aumentar a participação e a diversidade e (7) monitorar campanhas, partidos e mandatos.

O Mapa das Eleições Melhores 2022 reúne 177 iniciativas de diversas regiões do Brasil, categorizadas em 7 eixos norteadores de acessibilidade, citados acima. São projetos, campanhas *on/off*, plataformas de interação, jogos, publicações, formações e palestras com a intenção gerar maior conhecimento para sociedade a respeito do processo eleitoral. O mapa das eleições se define com o seguinte texto:

3 Disponível em: <<https://www.pactopelademocracia.org.br/>>. Acesso em 10 mar. 2022.

4 Disponível em: <<https://eleicoesmelhores.pactopelademocracia.org.br/>>. Acesso em 10 mar. 2022.

Já não é novidade: estamos passando pela maior crise da democracia brasileira dos últimos 30 anos, o que faz das eleições de 2022 uma das mais importantes de nossa história. Nesse cenário, ter um bom processo eleitoral é fundamental para renovar ideias e reafirmar o compromisso da sociedade com valores e princípios democráticos. Assim, o Pacto pela Democracia lança a terceira edição da plataforma “eleições melhores”, um mapa de iniciativas, projetos e organizações que estão trabalhando pela qualificação do processo eleitoral, um quadro de como a sociedade civil organizada brasileira segue viva, criativa e pulsante, mesmo em meio a tantos desafios.⁵

As propostas da sociedade civil nas eleições de 2022, foi tema de reportagem em um texto publicado em setembro de 2022, no Nexo Jornal. Organizações do terceiro setor da economia, relatam como atuam em diversas áreas, como educação, saúde, defesa dos direitos humanos na pauta das mulheres, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, igualdade racial, entre outros. Parte delas, destacam o monitoramento no processo eleitoral de 2022, em um contexto de ataques às urnas.⁶

Em linhas gerais, fica cada vez mais evidente o papel central que iniciativas digitais têm assumido como um recurso de comunicação política contemporâneo, ancorados pelo número crescente de *smartphones* de diferentes modelos e configurações técnicas que avança e impulsiona as possibilidades de desenvolvimento de *softwares* que projetem seus produtos e serviços voltados para as diferentes atividades (MATOS, 2020).

2. Novas práticas democráticas

O exame ponderado dessas visões leva ao reconhecimento de que a sociedade civil poderá se ancorar dessas possibilidades de comunicação. Mas afinal qual o papel e a potencialidade da sociedade civil no processo de oferecer mecanismos efetivos de informação, bem como transparência, prestações de contas, fiscalização e até a participação dos cidadãos? Maia (2007), compartilha do argumento de que existe um sistema deliberativo que articula a sociedade civil como

5 Descrição do mapa das eleições melhores 2022. Disponível em: <<https://eleicoesmelhores.pactopelademocracia.org.br/>>. Acesso em 10 mar. 2022

6 Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/09/20/Propostas-da-sociedade-civil-por-que-a-pol%C3%ADtica-pode-ser-melhor?posicao-home-direita=3/>>. Acesso em 10 mar. 2022.

uma esfera de atividade pública em articulação com o Estado e do mercado e seus debates, evidenciando a estrutura e organização interna.

De modo geral, a sociedade civil, na literatura contemporânea, refere-se às associações formais e informais e às redes na sociedade, que existem fora do âmbito do Estado. Alguns autores (Etzioni, 2000; Cohene Arato, 1992; Young, 2002) fazem, também, a distinção entre sociedade civil e economia. Nessa perspectiva, a sociedade civil abrange a esfera privada da família e das associações, os movimentos sociais e outras formas de comunicação pública, como os *media*. (MAIA, 2007, p. 45).

A comunicação, a participação política e a adoção de iniciativas digitais no campo das instituições democráticas tornaram-se, nos últimos anos, interesse de pesquisas em diversos campos de conhecimento, tais como ciência política, ciência da informação e comunicação. A bibliografia sobre política e internet é vasta e se dedica aos mais variados aspectos do fenômeno, a partir de diferentes contextos políticos, sociais, objetos empíricos e plataformas empreendidas (SOUZA, BASTISTA, 2019). Trata-se de um esforço de compreensão das potencialidades, mas também das limitações dos processos de interação, de trocas e de conversação. Assim sendo, com características diferentes e *modus operandi* variados, a participação política se refere "às atividades sociais desenhadas, pelo estado ou pela sociedade civil, com o intuito de que os cidadãos interfiram no processo de tomada de decisão política" (CARRETO; BARROS E MATOS, 2019, p. 204).

Avritzer (2011) aponta que os estudos sobre democracia e participação política no Brasil podem ser divididos em dois ciclos, radicalmente diferentes: o primeiro, denominado como a dinâmica positiva, surge no contexto da promulgação da Constituição de 1988, que em seu Artigo 1º do parágrafo único compreende que "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".⁷ Deste modo, foi dada a partida para a formação de uma vasta institucionalidade participativa que inclui conselhos, orçamentos participativos (OPs) e planos diretores municipais, entre outras formas

⁷ Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/constituicao>>. Acesso em 10 mar. 2022.

de participação. Durante esse período até 2013, há uma concepção entre governos e sistema político de que a ampliação da participação contribui com a democracia em uma abordagem democrático-participativa.

Já a dinâmica negativa, apontada pelo pesquisador, tem início em 2014, mas se consolida entre 2016 e 2020, como padrão de retratação das formas de participação a partir da desmobilização dos conselhos nacionais na determinação das políticas públicas. Isso ocorre em 2016 e se aprofunda com a revogação da maior parte dos colegiados participativos não previstos em Lei, por meio do decreto nº 9.759/2019 do governo de Jair Bolsonaro.

No âmbito da interação entre os atores políticos e os cidadãos, Aggio (2015) sugere que ambientes online poderão facilitar a diminuição do distanciamento entre a esfera civil e a esfera política, tornando-se estratégias interessantes para a promoção dos processos dialógicos e para a participação civil. Assim, a agrupação de cidadãos interessados em debater questões políticas e deliberarem sobre questões coletivas poderá encontrar a possibilidade de interações discursivas, fomentando a reflexividade e a reciprocidade.

Nesse contexto, de fato, a participação política é foco de uma análise interdisciplinar, que suscita diversas percepções, objetos empíricos, referências e experiências em diferentes ambientes e contextos. No primeiro caso, estão localizados os estudos sobre a noção da comunicação mediada por computadores (CMC) e pode ser subdividida em seis agendas: Eleições e campanhas políticas online, Internet e sociedade, Participação política online, Políticos, partidos e instituições online, Informação online e Política e Discussão política.

No segundo caso, localizam-se estudos sobre governo eletrônico, parlamento digital e digitalização de documentos estatais. Nesse sentido são pesquisas do campo da administração em que o cidadão poderá ser visto como um “cliente”. No último quesito, se refere aos estudos que adotam a perspectiva normativa do universo da comunicação digital, baseada em noções de democracia.

Como apontam Penteado e Souza (2019), estudos no campo da e-participação possuem interfaces com essas 3 classes:

É possível identificar e-participação como práticas de Políticas Online que promove a participação cidadã em processos políticos por meio do uso das TICs. Também a e-participação aparece em práticas de Democracia Digital por meio de mobilização e campanhas online, por exemplo, voltadas para a ampliação da democracia e correção dos déficits da democracia liberal. E, ainda, a e-participação como serviços ofertados pelo Estado para fomentar a participação por meio dos canais digitais institucionais, principalmente na realização de consultas (PENTEADO E SOUZA, 2019, p. 7).

É notório que a ideia de um sistema de participação popular caminha ancorada a elementos da dinâmica dos enfrentamentos fundamentais na política brasileira. Contudo para Pateman (1992), a ideia de participação deverá cultivada e apoiada quando houverem formas institucionalmente desenhadas e descentralizadas para que o cidadão de fato possa participar e cultivar o exercício da cidadania. A troca diária de informações e o sentimento de pertencimento do cidadão são elementos importantes para a construção de uma arena sociopolítica, em especial em âmbito local. Isso ocasiona uma busca de novos e padrões administrativos, comunicativos e de demarcação da cidade que consigam aproximar os cidadãos das práticas do fazer política, por parte do poder público.

3. O fazer política dos sujeitos vulneráveis

As iniciativas de democracia digitais perpetuadas por organizações da sociedade civil, assim como os meios e as formas de interação entre os atores políticos e os cidadãos na contemporaneidade, nos oferecem distintas dimensões acerca do papel que a comunicação poderá desempenhar na construção de visibilidade dos sujeitos que, a partir de suas vulnerabilidades distintas sejam elas orgânicas, sociais, econômicas, educacionais, dentre outras, se manifestam e relevam processos de injustiça.

Nesse contexto, o conceito de vulnerabilidade, é compreendido como uma condição de fragilidade de pessoas e as suas famílias no que se refere à inserção na sociedade, mercado de trabalho e acesso aos serviços públicos, situando como um conceito sustentador de políticas públicas. Esta é uma concepção frequente entre os

debates teóricos relativos às políticas sociais, a exemplo dos textos: (Hogan; Marandola JR., 2005; Torres, 2000; Marandola JR.; Hogan, 2005).

Uma dimensão de relacionalidade do corpo e conceito de vulnerabilidade foi abordada pela filósofa norte-americana Judith Butler (2015). O termo pode ser considerado uma “chave de leitura” possível de suas obras. Após os atentados de 11 de setembro, Butler tematiza o conceito em termos sensivelmente éticos. Significa pensar a forma como determinadas vidas podem estar mais expostas ao perigo; mais vulnerabilizadas, portanto. Para Butler repensar o conceito e as dimensões da vulnerabilidade em termos de ética demanda reconhecer a precariedade da vida a partir de uma ontologia corpórea que considere a dimensão de relacionalidade do corpo.

Nesse caminho, a vulnerabilidade, para a filósofa, não se confunde com uma posição de passividade ou de exclusão. Ao contrário, ela relaciona a vulnerabilidade com resistência na medida em que corpos, ao exibirem essa vulnerabilidade, encenam uma resistência aos poderes instituídos, reconfigurando o seu conhecimento. A “encenação” define uma cena de aparecimento na qual os sujeitos se expõem e se arriscam nessa exposição, não apenas para mostrar sua vulnerabilidade, mas para evidenciar como o corpo precisa de alianças para se manter vivo diante de péssimas condições de reconhecimento e proteção. A cena de aparecimento é condição necessária para a política democrática e a emergência de existências que afirmam que são vivas e dignas de viver, contestando sua pretensa invisibilidade e indignidade de luto:

“O que significa, então, aparecer na política contemporânea? E podemos considerar essa questão de alguma forma sem recorrer à mídia? Quando fazemos uma consideração sobre o que é aparecer, concluímos que aparecemos para alguém e que o nosso aparecimento tem que ser registrado pelos sentidos, não apenas os nossos, mas os de alguém mais. Se aparecemos, devemos ser vistos, o que significa que nosso corpo deve ser enxergado, e seu som vocalizado deve ser ouvido: o corpo deve entrar no campo visual e audível...o aparecimento não é um momento necessariamente morfológico quando o corpo se arrisca a aparecer não apenas para falar e para agir, mas também para sofrer e comover, para engajar outros corpos, para negociar um ambiente do qual se depende, para estabelecer uma organização social com o objetivo de satisfazer as necessidades?” (BUTLER, 2018, p.175)

Em outras palavras, o conceito relacional de vulnerabilidade, permite compreender para além do ideal meritocrático, estabelecido no capitalismo contemporâneo e fortalecido por uma ideologia neoliberal, como uma característica negativa do sujeito. A pesquisadora realiza uma valorização política do termo vulnerabilidade ao compreender que é justamente na exposição com o outro, nos vínculos morais que tecemos, que formamos uma comunidade sensível a caminho de uma nova forma de ação e de performatividade. Nesse sentido, ser vulnerável não é ser incapaz de agir, mas sim um modo de estar no mundo.

A vulnerabilidade assim entendida nos revela um modo relacional de estar no mundo que se constitui entre nossa passibilidade (ser afetado pelos acontecimentos) e nossa capacidade de agência. Ser vulnerável não pode se confundir com a produção de uma vítima incapaz e passiva. É preciso permitir que o conceito oscile entre a passibilidade e a passividade, entendendo que ambas abrigam a contemplação e contemplar é um ato, um gesto que indica um trabalho em processo (MARQUES, 2018, p. 15).

Outros autores como Ferrarese (2016), Laugier (2016) e Biroli (2018), constroem o conceito de vulnerabilidade através do viés do cuidado, não restrito somente em uma questão de gênero, mas o cuidado diante uma perspectiva de responsabilidade ética coletiva. A vulnerabilidade seria, nesse quadro estrutural, relacional e experiencial, na Assim as vulnerabilidades estão entrelaçadas às resistências e possuem suas dimensões políticas que poderão ser refletidas através dos corpos e suas aparições na esfera política.

No encontro entre vulnerabilidades, justiça e reconhecimento social, Butler (2015, 2018), desenvolve uma teoria baseada na maneira do sujeito político vulnerável se relacionar no mundo tendo em vista o campo, os processos, as forças e as instituições que incidem sobre ele, assim a vulnerabilidade irá revelar o modo relacional de estar no mundo, como esse sujeito será afetado pelos acontecimentos e sua capacidade de agência.

4. Mapa das Eleições Melhores – Projetos Mapeados



FIGURA 1 – Interface da Plataforma Eleições Melhores

FONTE – Descrição do mapa das eleições melhores 2022. Disponível em: <<https://eleicoesmelhores.pactopelademocracia.org.br/>>. Acesso em 10 mar. 2022

Este trabalho apresenta parte da tese de doutorado da autora que está em desenvolvimento com as devidas adequações essenciais para a produção deste artigo. Após a coleta e catalogação dos projetos mapeados, identificou-se 177 iniciativas, categorizadas nos seguintes eixos: (1) acompanhar de defender as eleições, (2) combater a desinformação, (3) encontrar candidaturas e defender as eleições, (4) enfrentar a violência política, (5) aprofundar o debate político, (6) aumentar a participação e a diversidade e (7) monitorar campanhas, partidos e mandatos. É importante ressaltar que por diversos momentos foram encontrados projetos categorizados em mais de um eixo.

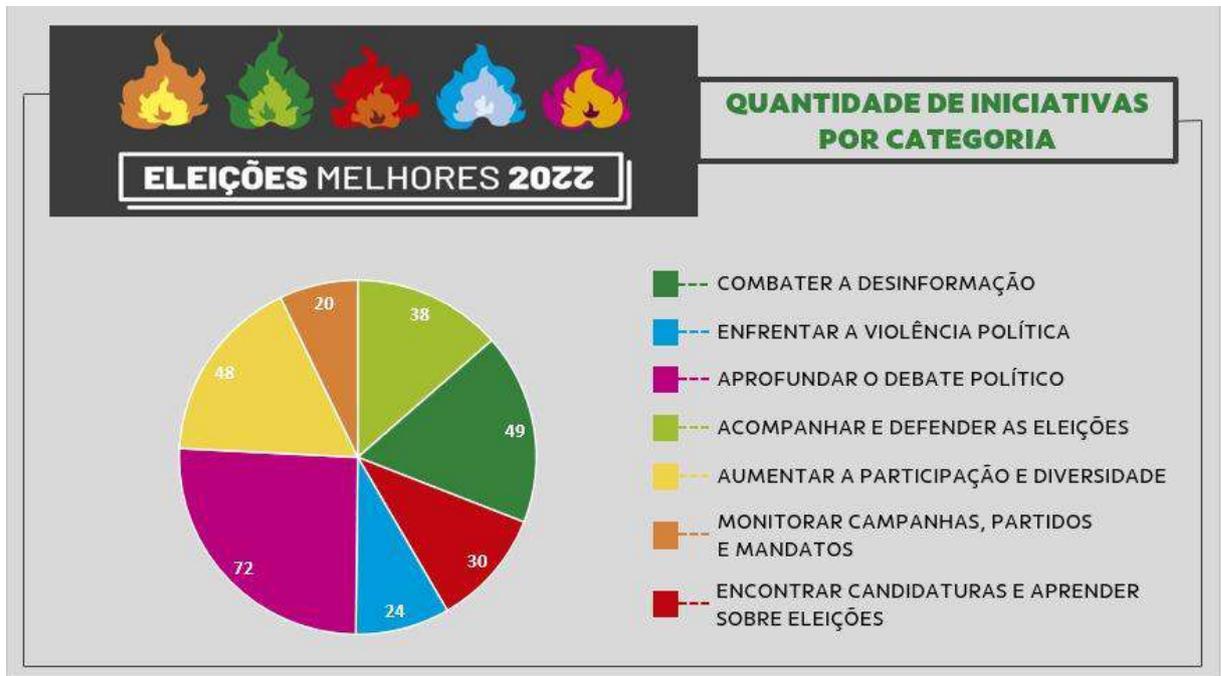


FIGURA 2 – Quantidade de iniciativas por categoria

FONTE - Elaboração da autora (2023)

Com a figura abaixo procuramos ilustrar as 7 categorias, que são orientadas também pelas cores diferentes, que ao serem acionadas direcionam os projetos que se inserem na temática. Em síntese os projetos apresentam propostas de organizações da sociedade civil, acadêmicas, científicas e profissionais, objetivando um espaço e visibilidade na interface entre a Comunicação e Ciência Política. As plataformas contemplam a finalidade da busca por visibilidade, transparência, monitoramento e formação política por meio de espaços cívicos online.

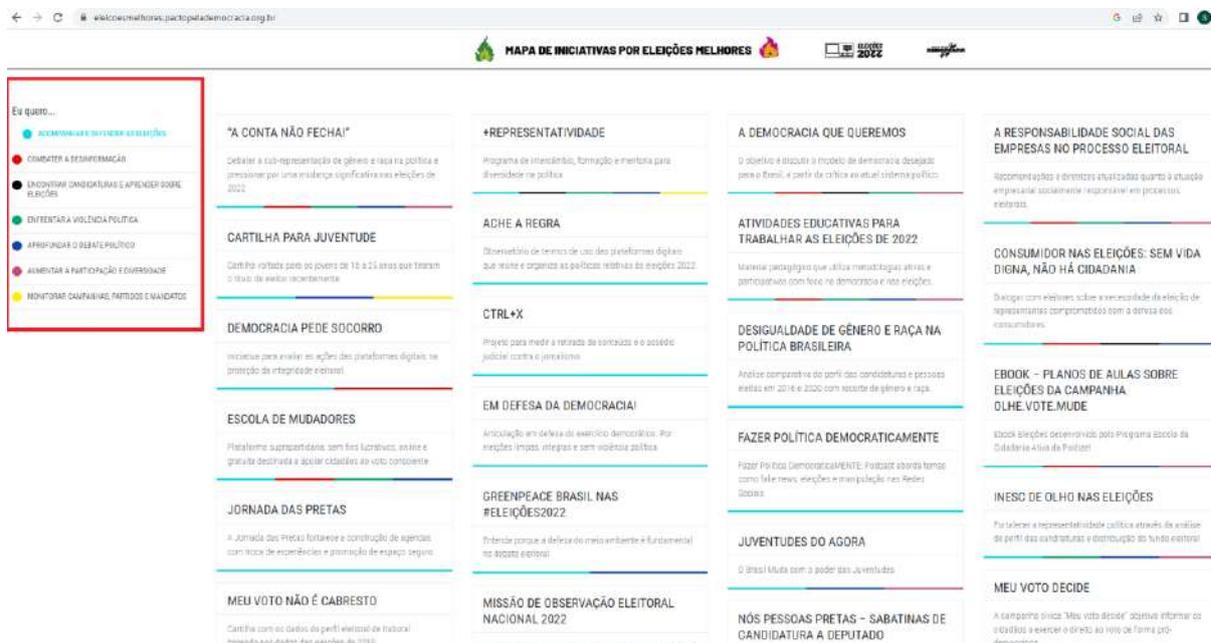


FIGURA 3 – Quantidade de iniciativas por categoria

FONTE – Mapa das eleições melhores 2022, categoria “acompanhar e defender as eleições”. Disponível em: < <<https://eleicoesmelhores.pactopelademocracia.org.br/>>. Acesso em 10 mar. 2022

5. Conhecendo alguns projetos

Com o objetivo de ilustrar a pesquisa em andamento apresentaremos alguns dos projetos que estão inseridos no Mapa das Eleições Melhores 2022, em seus diferentes expedientes.

Projeto: Quem te Representa? – Match Eleitoral

Categorias: (3) encontrar candidaturas e defender as eleições e (6) aumentar a participação e a diversidade.

Quem propõe: Escolas de democracia e organizações da sociedade civil, formadas por partidos políticos.

Objetivo: Segundo os idealizadores surgiu para o eleitor como uma alternativa de busca que reúne, em uma única plataforma, candidatos e candidatas que estejam alinhados com seus valores e interesses. E para os candidatos, como uma maneira

inovadora para alcançar seu público em um cenário de campanhas caras e de grandes incertezas.

A proposta da plataforma: O eleitor começa escolhendo 3 pautas que prioriza na hora de escolher um representante, em seguida responde a 10 perguntas referentes a temas, atualmente, relevantes no Brasil. A partir daí, o eleitor tem acesso a todos os candidatos (cadastrados na plataforma) ordenados pela pontuação de afinidade e pode filtrar, pelas tags (etiquetas): posicionamento; trajetória e identificação, para refinar sua busca.

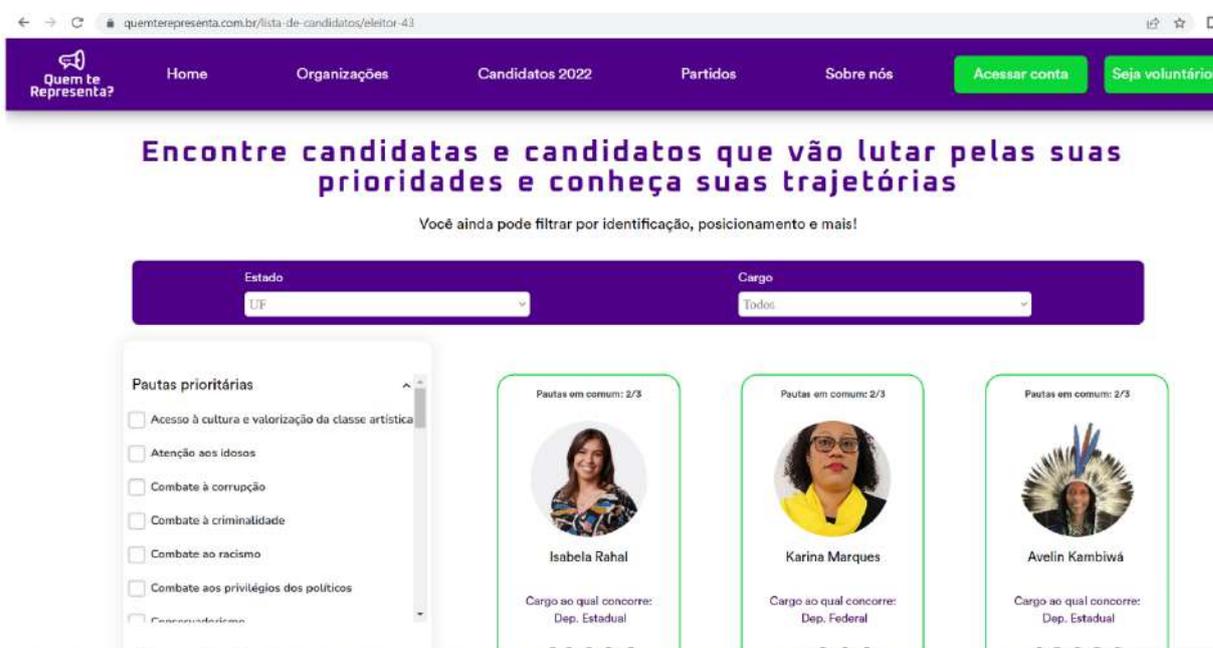


FIGURA 4 – Projeto: Quem te Representa? – Match Eleitoral

FONTE – Projeto: Quem te Representa? – Match Eleitoral. Disponível em: < < <https://quemterepresenta.com.br/lista-de-candidatos/eleitor-43> >. Acesso em 13 mar. 2023

Projeto: Quem foi quem

Categorias: (5) aprofundar o debate político e (7) monitorar campanhas, partidos e mandatos.

Quem propõe: Departamento intersindical de assessoria parlamentar, fundado em 19 de dezembro de 1983 para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional e, excepcionalmente, junto às assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais da classe trabalhadora

Objetivo: A plataforma desenvolvida tem o propósito de disponibilizar os votos de deputados e senadores em temas relevantes de interesse dos trabalhadores e da sociedade, permitindo ao cidadão-eleitor conhecer como atuaram seus representantes no Congresso Nacional.

A proposta da plataforma: A plataforma, desenvolvida para aferir o desempenho parlamentar em temas que impactem os direitos dos trabalhadores e os serviços prestados à sociedade, faz parte de um projeto de acompanhamento e compartilhamento de informações de domínio público, como forma de estimular a participação política e o voto consciente. Pretende fornecer dados e informações à sociedade, ela possui um recorte e esse recorte sempre possui algum grau de subjetividade. Segundo os idealizados, para reduzir ao máximo esse viés, buscou-se a definição de critérios na escolha de votações de matérias que representem o pensamento majoritário dos segmentos afetados pelas políticas públicas, positiva ou negativamente.



FIGURA 5 – Projeto: Quem foi quem

FONTE – Projeto quem foi quem. Disponível em: < <https://quemfoiquem.org.br/>>. Acesso em 13 mar. 2023

Projeto: Guia do eleitor da campanha Olhe. Vote. Mude

Categorias: (2) combater a desinformação; (3) encontrar candidaturas e defender as eleições e (6) aumentar a participação e a diversidade.

Quem propõe: Instituto de Educação Política, uma organização da sociedade civil de formação de cidadãos que propõe educação política através de plataforma online com conteúdo gratuitos, didáticos e plurais sobre política. São oferecidos materiais pedagógicos e treinamentos para professores levarem a pauta da cidadania para o Ensino Médio público.

Objetivo: A plataforma elaborou o Guia do Eleitor 2022 que reúne os principais conteúdos do Instituto de Educação Política.

A proposta da plataforma: Ofertar conteúdos gratuitos, didáticos e plurais sobre política, objetivando a formação de lideranças cidadãs.



FIGURA 6 – Projeto: Guia do eleitor da campanha Olhe. Vote. Mude

FONTE – Projeto: Guia do eleitor da campanha Olhe. Vote. Mude. Disponível em:<
<https://www.politize.com.br>> Acesso em 13 mar. 2023

6. Algumas conclusões

O artigo teve o propósito de conduzir uma breve reflexão a partir das evidências da literatura proposta no campo de comunicação e política, nos últimos anos. Demostramos que, a partir do recorte pretendido – projetos mapeados de iniciativa da sociedade civil, a utilização de plataformas de participação política pode auxiliar nos processos de democracia contemporânea, inclusivos e legítimos. Dessa forma, a preocupação aqui foi construir uma abordagem que revelasse os processos sociais, as dinâmicas e as especificidades dessas iniciativas.

A internet ocupa um espaço estratégico na disputa de narrativas no contexto de campanhas eleitorais, de monitoramento de parlamentares e mandatos, e no aprimoramento do debate político para a estruturação da atividade cívica.

Em 2018, notamos uma expansão ideológica que levou ao surgimento de uma nova direita, amparada por novas regras na reforma da lei eleitoral e redução do tempo de propaganda eleitoral no rádio e televisão, as campanhas tornassem mais curtas e com restrições de financiamento. O uso das redes sociais passou a ter importância nas estratégias de campanhas. Diante dessas mudanças plataformas digitais operam assim como espaços aproximação entre os atores políticos e eleitores atingindo o público direcionado capaz de ser sugestionado pelo consumo de narrativas textuais e visuais.

Nas eleições de 2022 diversas campanhas geridas pelas organizações sociais trabalharam para aumentar a diversidade de gênero nas eleições e incluir mais mulheres, negros, indígenas e grupos LGBTQIA+ no Congresso Nacional. Esta mobilização nacional é confirmada nos números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que contabilizou 28.371 candidaturas registradas, com o maior número de mulheres candidatas das últimas três eleições gerais.⁸

As campanhas foram ancoradas às plataformas que apostaram em formação cívica, informação eleitoral, pesquisa de candidatos, monitoramento de políticas públicas, assessorias compartilhadas, cartas abertas, ebooks, rodas de conversas online, encontros presenciais, investimento financeiro em pré-candidaturas sob o discurso democrático a favor da reconstrução do país. Como alternativa para ampliar suas capacidades na corrida eleitoral, ativistas da sociedade civil recorreram a internet para construir redes territoriais de mobilização para o acesso aos seus projetos e propostas de campanha.

⁸Disponível em: < <https://g1.globo.com/tudo-sobre/tribunal-superior-eleitoral/> >. Acesso em 4 abr. 2022.

Ao analisarmos as iniciativas geridas pela sociedade civil procuramos compreender o seu papel e compromisso no processo democrático. Para isso dedicamos ao conceito de vulnerabilidade, por compreender que a comunicação poderá desempenhar a atribuição na construção de visibilidade dos sujeitos que, a partir de suas vulnerabilidades distintas sejam elas orgânicas, sociais, econômicas, educacionais, dentre outras, se manifestam e relevam processos de injustiça, com vistas a divulgar temas bioéticos que contextualizam o ser humano como agente moral, social, cultural e político.

Referências

AGGIO, Camilo. Campanhas Online: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 16, p. 426-445, 2010.

AGGIO, Camilo. Os candidatos ainda evitam a interação? Twitter, Comunicação Horizontal e Eleições Brasileiras. E-Compós (Brasília), v. 18, p. 1-22, 2015.

BARROS, Samuel; CARREIRO, Rodrigo. A discussão pública e as redes sociais online: o comentário de notícias no Facebook. Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 17, n. 2, p. 174-185, 2015.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018 (Capítulo 2- Cuidado e responsabilidades, p.53-90).

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 (p.13-55).

BUTLER, Judith. Vida precária. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, 2011, n.1, p.13-33.

BUTLER, Judith. Vida precária. Belo Horizonte: Autêntica, 2019 (p.39-72)

BUTLER, Judith. Bodies that still matter. In: Annemie Halsema, Katja Kwastek, and Roel van den Oever (eds.). Bodies That Still Matter: *Resonances of the Work of Judith Butler*. Amsterdam University Press B.V., Amsterdam, 2021, p.177-193.

CARREIRO, Rodrigo. A Discussão Política Em Rede: Um Estudo Sobre a Divergência Política no Facebook. 2017. 246 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

FERRARESE, Estelle. Vulnerability: a concept with which to undo the world as it is? *Critical Horizons*, v.17, n.2, 2016, p.149-159.

FERRARESE, Estelle. The vulnerable and the political: on the seeming impossibility of thinking vulnerability and the political together and its consequences. *Critical Horizons*, v.17, n.2, 2016, p.224-239.

GOMES, Wilson. 20 Anos de Política, Estado e Democracia Digitais: Uma 'cartografia do campo. In: SILVA, Sivaldo P.; BRAGATTO, Rachel C.; SAMPAIO, R. C. (Orgs.). *Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2016. p. 25-45

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Fronteiras-estudos midiáticos*, São Leopoldo, v.7, n.3, p. 214-222, 2005.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, R.;CASTRO, M. (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GOMES, Wilson. Esfera Pública Política e Comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jurgen Habermas. In: Gomes, W. & Maia, R. (Orgs.). *Comunicação e democracia: Problemas & perspectivas*, São Paulo: Paulus, 2008. p. 29-68

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011. cap. 1, p. 19-35.

MAIA, R. C. M. Conversação Cotidiana e deliberação. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Logos*, ano 14, n. 27, p. 43-62, 2007.

MAIA, R. C. M. Sob a perspectiva da esfera civil: participação política e internet. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. *Participação política e internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MAIA, Rousiley. Representação política de atores cívicos Entre a imediatividade da experiência e discursos de justificação. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 97-112, 2012.

MARQUES, A. Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. In: Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 6, p. 19-40, jul. /dez. 2011.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro. 2008. 498 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MATOS, E; BARROS. S; CARREIRO, R. "Ouvindo nosso bairro": um estudo sobre a participação política local por meio de multiplataformas. in: Comunicação e política: interfaces em esferas regionais. São Luís: EDUFAMA, 2019. p. 203-227.

MATOS, Eurico Oliveira. Democracia Digital Móvel: Explorando o uso de aplicativos para fins democráticos no âmbito do Governo Federal Brasileiro. In: IX Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber), 2016, São Paulo. Anais eletrônicos do IX Simpósio Nacional da ABCiber Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. PUC-SP, 2016, 2016. p. 1-20

MATOS, Eurico Oliveira. Uma análise do estado da arte no desenvolvimento de aplicativos móveis por instituições do setor público brasileiro. 2020. 340 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ROSSETTO, Graça Penha Nascimento; CARREIRO, Rodrigo. Democracia digital e sociedade civil: uma perspectiva do estado atual no Brasil. Comunicação & Sociedade, v. 34, n. 1, p. 273-296, 2012